

Hospital de Clínicas de Porto Alegre – HCPA

Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas
adotadas no Brasil em 30 de setembro de 2021







SUMÁRIO

BALANÇO PATRIMONIAL	3
NOTAS EXPLICATIVAS	9
01 CONTEXTO OPERACIONAL	9
02 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	9
03 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS	13
04 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO	13
05 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	14
06 CRÉDITOS DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS	14
07 ADIANTAMENTOS DE PESSOAL	14
08 ESTOQUES DE MATERIAIS DE CONSUMO	15
09 IMOBILIZADO	15
10 INTANGÍVEL	16
11 FORNECEDORES	16
12 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E SOCIAIS	16
13 OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	17
14 CONTINGÊNCIAS PASSIVAS E APROPRIAÇÕES DE DESPESAS DE PESSOAL POR COMPETÊNCIA	17
15 AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	19
16 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	20
17 CUSTOS DOS SERVIÇOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA	20
18 DESPESAS DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	21
19 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	21
20 RESULTADO FINANCEIRO	21
21 SEGUROS DE RISCOS	22
22 IMPACTOS – COVID 19	22
23 EVENTOS SUBSEQUENTES	23



Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 30 de setembro de 2021
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Balanço Patrimonial

Ativo	Nota	30/09/2021	31/12/2020
Circulante			
Caixa e Equivalente de Caixa	5	99.962	122.980
Créditos a Receber Curto Prazo			
Faturas e Duplicatas a Receber		135	43
Crédito de Fornecimento de Serviços	6	40.142	30.907
Contingências e apropriações por Competência		231.977	182.755
Adiantamentos a Pessoal	7	25.416	15.344
Demais Contas a Receber		4.829	3.175
Adiantamentos a Fornecedores		39	39
Estoques			
Estoques Materiais de Consumo	8	32.685	30.929
Importação em Andamento		417	1.197
Despesas Pagas Antecipadamente			
Prêmios de Seguro a Apropriar		50	291
		435.652	387.660
Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos Judiciais		1.655	1.821
Contingências e apropriações por Competência		666.588	431.077
Demais Créditos a Receber		44	44
Imobilizado	9	954.443	967.457
Intangível	10	1.860	2.075
		1.624.590	1.402.474
Total do Ativo		2.060.242	1.790.134

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 30 de setembro de 2021
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Passivo	Nota	30/09/2021	31/12/2020
Circulante			
Fornecedores	11	23.933	26.473
Obrigações Tributárias e Sociais	12	1.749	1.836
Obrigações com Pessoal	13	55.071	68.819
Contingências e apropriações por Competência a Pagar	14	249.719	190.428
Outras Obrigações		7.833	6.981
		338.305	294.537
Não Circulante			
Exigível a Longo Prazo			
Subvenções e Doações para Investimentos		8.231	7.915
Contingências e apropriações por Competência a Pagar	14	666.578	431.077
		674.809	438.992
Patrimônio Líquido			
Capital Realizado		1.223.162	1.163.342
Adiantamento p/Futuro Aumento de Capital		6.135	59.820
Ajuste de Avaliação Patrimonial	15	(17.476)	(16.163)
Prejuízos Acumulados		(164.693)	(150.394)
		1.047.128	1.056.605
Total do Passivo		2.060.242	1.790.134

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

4

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 30 de setembro de 2021
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Período de 01/07/2021 a 30/09/2021	Período de 01/07/2020 a 30/09/2020	Período de 01/01/2021 a 30/09/2021	Período de 01/01/2020 a 30/09/2020
Receita Operacional Bruta		76.781	71.465	225.240	183.866
Serviços Prestados		76.781	71.465	225.240	183.866
Deduções Da Receita Bruta		(611)	(404)	(1.560)	(1.567)
PIS sobre Faturamento		(109)	(70)	(278)	(276)
COFINS sobre Faturamento		(502)	(321)	(1.282)	(1.274)
ISS sobre Faturamento		-	(13)	-	(17)
Receita Operacional Líquida	16	76.170	71.061	223.680	182.299
Custos Dos Serviços	17	(380.105)	(351.301)	(1.106.903)	(970.210)
Resultado Operacional Bruto		(303.935)	(280.240)	(883.223)	(787.911)
Despesas Operacionais		(282.594)	(53.470)	(402.149)	(171.730)
Despesas Administrativas	17	(59.674)	(56.661)	(168.092)	(162.322)
Provisão para Contingências	17	(222.920)	3.191	(234.057)	(9.408)
Outras Receitas e Despesas	19	2.529	2.561	14.027	10.589
Receitas		8.891	2.863	21.073	11.021
Despesas		(878)	(239)	(1.180)	(319)
Resultado com Baixa de Bens Imobilizados		(5.484)	(63)	(5.866)	(113)
Prejuízo Antes Do Resultado Financeiro		(584.000)	(331.149)	(1.271.345)	(949.052)
Resultado Financeiro	20	2.217	(542)	1.159	2.034
Despesas Financeiras		(527)	(674)	(1.849)	(1.590)
Receitas Financeiras		2.744	132	3.008	3.624
Resultado Antes Das Subvenções Governamentais		(581.783)	(331.691)	(1.270.186)	(947.018)
Subvenções do Tesouro Nacional		577.582	310.903	1.264.869	1.007.788
Repasses para Subvenções e Doações Governamentais		(2.044)	13.561	(6.502)	(69.697)
Reversões e Repasses Concedidos		(14)	3.130	(3.836)	19.363
Resultado Líquido Do Exercício		(6.259)	4.097	(15.655)	10.436

Demonstração do Resultado Abrangente (DRA)

	Período de 01/07/2021 a 30/09/2021	Período de 01/07/2020 a 30/09/2020	Período de 01/01/2021 a 30/09/2021	Período de 01/01/2020 a 30/09/2020
Resultado Líquido do Exercício	(6.259)	4.097	(15.655)	10.436
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	43	1
Realização da Avaliação Patrimonial	412	(95)	1.313	(74)
Resultado Abrangente do Exercício	(5.847)	(4.192)	(14.299)	10.363

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

5

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 30 de setembro de 2021

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Realizado	Remessa de Subvenção p/ Investimento	Ajustes da Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.107.523	55.820	(16.030)	(126.530)	1.020.783
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	1	1
Realização da Avaliação Patrimonial	-	-	74	(74)	-
Aumento de Capital	55.820	(55.820)	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento Capital	-	50.004	-	-	50.004
Resultado do período	-	-	-	10.436	10.436
Saldo em 30 de setembro de 2020	1.163.342	50.004	(15.956)	(116.165)	1.081.225
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.163.342	59.820	(16.163)	(150.394)	1.056.605
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	43	43
Realização da Avaliação Patrimonial	-	-	(1.313)	1.313	-
Aumento de Capital	59.820	(59.820)	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento Capital	-	6.135	-	-	6.135
Resultado do exercício	-	-	-	(15.655)	(15.655)
Saldo em 30 setembro de 2021	1.223.162	6.135	(17.476)	(164.693)	1.047.128




As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 30 de setembro de 2021
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do Fluxo de Caixa

	<u>30/09/2021</u>	<u>30/09/2020</u>
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	(15.655)	10.436
Ajustes para reconciliar o resultado	24.109	14.451
Ajustes de Exercícios Anteriores	43	1
Ajustes de Depreciação/Amortizações	22.542	19.847
Juros e Correção Monetária sobre Depósito Recursal	(33)	(34)
Variação Cambial Passiva (Importação)	333	394
Variação Cambial Ativa (Importação)	(313)	(3.078)
Baixa de Bens Imobilizados	9.740	2.219
Produção de Bens em Estoque	(1.676)	(1.277)
Reversão/Provisão p/Devedores Duvidosos	(46)	(315)
Doações de Bens Móveis	(2.677)	(720)
Doações de Mercadorias	(3.804)	(2.585)
Variação de Ativos e Passivos	(21.528)	(16.161)
Créditos Fornecimento Serviços (CP e LP)	(12.821)	9.541
Recursos a Receber de Provisão de Férias	(7.309)	(8.549)
Recursos a Receber de Provisão para 13º. Salário	(43.407)	(53.796)
Adiantamentos a Pessoal	(10.071)	(9.250)
Outras Contas a Receber a CP e LP	1.876	2.446
Depósitos Judiciais/Devedores p/Convênios	166	(193)
Importações em Andamento (Estoque)	780	1.382
Estoques	3.723	(8.787)
Despesas Pagas Antecipadamente	241	280
Fornecedores	(2.540)	(2.554)
Outras Obrigações a Pagar	884	80
Obrigações com Pessoal	(13.748)	(9.126)
Obrigações Sociais a Pagar	69	(12)
Obrigações Tributárias a Pagar	(156)	32
Provisão para Férias	2.434	8.549
Provisão para 13º. Salário	58.351	53.796
Caixa Líquido gerado pelas atividades operacionais	(13.074)	8.728
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisições de Bens Imóveis	(2.033)	(19.342)
Aquisições de Bens Móveis (diminuir 43.544 da menos valia caminhão)	(12.009)	(34.891)
Aquisições de Importação em Andamento	(2.350)	(1.779)
Aquisições de Bens Intangíveis	(3)	(138)
Caixa Líquido gerado pelas atividades de investimento	(16.395)	(56.150)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Subvenções Governamentais/Receitas Diferidas	316	137
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	6.135	50.004
Caixa Líquido gerado pelas atividades de financiamento	6.451	50.141
Caixa Adicionado/(Consumido) no Exercício	(23.018)	2.718
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	122.980	108.582
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Exercício	99.962	111.301
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalente de Caixa	(23.018)	2.718
Doações de Bens Móveis (Imobilizado)	(2.677)	(720)
Doações de Mercadorias (Estoques)	(3.804)	(2.585)
Transações Que Não Envolveram Caixa	(6.481)	(3.305)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 30 de setembro de 2021
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do Valor Adicionado	30/09/2021	30/09/2020
Receitas		
Prestação de Serviços	225.240	183.866
Outras Receitas	21.585	9.974
Prov. Créd. Liq. Duv. - Reversão/Constituição	(509)	294
	246.316	194.134
Insumos Adquiridos de Terceiros (c/ICMS e IPI)		
Custos dos Serviços Prestados (Consumo)	165.821	121.510
Serviços de Terceiros	120.144	111.325
Perda/Recuperação de Valores Ativos	6.225	431
	292.190	233.266
Valor Adicionado Bruto	(45.874)	(39.132)
Despesas com Depreciação/Amortização	(26.416)	(21.954)
Valor Adicionado Líq Produzido p/ Entidade	(72.290)	(61.086)
Valor Adicionado Recebido em Transferências		
Receitas Financeiras	3.008	3.624
Repasse Recebidos (-) Subvenções	1.258.367	938.091
Repasse Concedidos/Diferido	(11)	(192)
Receitas de Diferido (Reversão de Subvenções)	(3.825)	19.555
Receitas de Aluguéis	851	2.030
	1.258.390	963.108
Valor Adicionado Total a Distribuir	1.186.100	902.022
Distribuição do Valor Adicionado		
Pessoal		
Remuneração Direta	889.313	605.736
Benefícios	61.999	60.359
FGTS	56.836	50.254
Impostos, Taxas e Contribuições		
Federais	189.186	171.366
Estaduais/Municipais	28	120
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Despesas Financeiras	1.849	1.590
Locação de Imóveis/Condomínio	653	540
Locação de Máquinas e Equipamentos	1.891	1.621
Remuneração dos Capitais Próprios		
Lucros Retidos do Exercício	(15.655)	10.436
Valor Adicionado Distribuído	1.186.100	902.022

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 30 de setembro de 2021

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Notas Explicativas

01 Contexto Operacional

O Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, é uma empresa pública de direito privado, criado pela Lei n° 5.604, de 02 de setembro de 1970, sendo regido pelo seu Estatuto Social e caracteriza-se por ser uma Unidade Orçamentária do Ministério da Educação (MEC), com patrimônio próprio e autonomia administrativa. Vincula-se academicamente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como apoio ao ensino e à pesquisa junto aos cursos da Faculdade de Medicina, da Escola de Enfermagem e demais cursos vinculados à área da saúde, sendo campo de aprendizado para cursos de graduação e pós-graduação.

É um Hospital Geral Universitário, que presta assistência médico-hospitalar a pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), a Convênios Privados e a Pacientes Particulares.

Em 21 de novembro de 2017, foi aprovada a alteração do Estatuto Social da Instituição adequando-o a Lei n° 13.303 de 27 de julho de 2016 (Lei das Estatais) e ao Decreto n° 8.945 de 27 de dezembro de 2016. A partir de então, do ponto de vista organizacional, a Assembleia Geral, representada pela União, delibera sobre todos os negócios relativos ao seu objeto, sendo regido pela Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

O HCPA é administrado pelo Conselho de Administração (CA), como órgão colegiado de deliberação estratégica e controle da gestão, e pela Diretoria Executiva (DE) como órgão executivo de administração e representação. O Conselho de Administração (CA) é composto por integrantes vinculados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), por membros representantes dos Ministérios da Educação (MEC), da Saúde (MS) e da Economia (ME), pela Diretora-Presidente do HCPA e por um representante dos empregados. Já a Diretoria Executiva (DE) é composta por Diretora-Presidente, Diretor-Médico e Diretor Administrativo.

Os professores da UFRGS atuam, no HCPA, na preceptoria dos programas de Residência Médica e Residência Integrada Multiprofissional em Saúde (RIMS). Os funcionários são contratados sob o regime da CLT, e o Capital Social pertence integralmente à União Federal. Possui como órgão fiscalizador o Conselho Fiscal (CF), composto por dois membros do Ministério da Educação (MEC) e um membro representante do Ministério da Economia (ME).

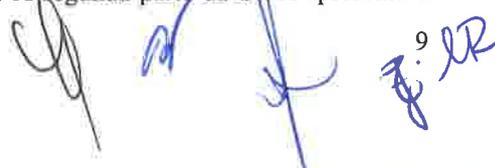
02 Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

(a) Base de Preparação

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e são apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e atendem às disposições contidas na legislação societária (Lei 6.404/76 e alterações subsequentes, incluindo a Lei n° 11.638/07), nas Normas Brasileiras de Contabilidade, nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, e ao Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) do Governo Federal, no qual o HCPA aderiu em 01 de janeiro de 1992, na forma da Lei n° 4.320/64.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. Sendo assim, essa demonstração faz parte integrante das demonstrações contábeis. Em sua primeira parte, a DVA apresenta a riqueza criada pela entidade, representada pelas receitas (receita bruta dos serviços prestados, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços, aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a



Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 30 de setembro de 2021
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios; (vi) as contas do imobilizado e do patrimônio líquido encontram-se corrigidas até 31 de dezembro de 1995 conforme dispõe o artigo 4º da Lei nº 9.249/95.

As Demonstrações Contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de todo o Ativo Imobilizado.

As demonstrações foram autorizadas na reunião da Diretoria Executiva do dia 29 de novembro de 2021.

(b) Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgações

Não houve novos pronunciamentos ou interpretações vigentes que pudessem ter impacto significativo nas políticas e nas Demonstrações Contábeis.

Com relação à NBC TG 06, a qual estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, em vigor a partir de 01 de janeiro de 2019, a instituição avaliou cada um dos contratos atualmente vigentes. Optou-se pela não realização do registro contábil dos contratos caracterizados como arrendamento em função do custo incorrido para fornecimento da informação comparado aos benefícios proporcionados, conforme prevê a Resolução CFC N.º 1.374/11.

(c) Operações com Moeda Estrangeira

As operações de importação realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional (Real – R\$) mediante a utilização das taxas de câmbio divulgadas pelo Banco Central do Brasil-BACEN e pela Receita Federal do Brasil- RFB. Os ganhos e perdas com variação cambial na aplicação das taxas de câmbio sobre os ativos e passivos são apresentados na Demonstração do Resultado como Receitas e Despesas Financeiras.

(d) Instrumentos Financeiros

A Instituição classifica seus ativos financeiros não derivativos sob a categoria de recebíveis, reconhecidos inicialmente na data em que foram originados, pelo valor justo e após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*. São apresentados como Ativo Circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como Ativos Não Circulantes).

Os recebíveis da Instituição compreendem: caixa e equivalentes de caixa, crédito de fornecimento de serviços, recursos para provisões de contingências e apropriações por competência de despesas com pessoal e demais contas a receber. A Instituição não possui ativos financeiros mantidos para negociação, ativos disponíveis para venda e operações em derivativos.

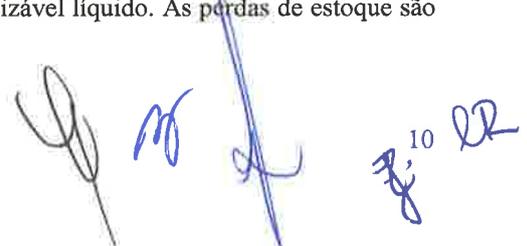
A Instituição reconhece seus passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. A baixa de um passivo financeiro ocorre quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Instituição tem como passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

(e) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os ativos classificados como Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, depósitos em poupança, investimentos de curto prazo de alta liquidez e rendimentos diários, com risco insignificante de mudança de valor.

(f) Estoques de Material de Consumo

Os estoques de materiais em almoxarifado a serem consumidos na prestação de serviços e no curso normal das atividades da Instituição são avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição e não excedem o valor de mercado. As importações em andamento estão registradas pelos custos incorridos apropriados até 30 de setembro de 2021. No estoque não constam itens com custo superior ao valor realizável líquido. As perdas de estoque são reconhecidas como despesa do exercício em que ocorrem.



Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 30 de setembro de 2021
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(g) Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais são compostos por valores recursais vinculados a causas trabalhistas corrigidos até 30 de setembro de 2021. Os recursos depositados na Caixa Econômica Federal são atualizados pelo coeficiente de remuneração das contas do FGTS, enquanto que os depositados no Banco do Brasil são atualizados pela taxa de juros remuneratória da poupança. No caso do pagamento de depósitos recursais, estes são realizados com recursos próprios. Na execução do processo, se o desfecho for a favor do reclamante, a Instituição quita a dívida com recursos recebidos do Tesouro Nacional, e o valor do depósito recursal prévio é restituído ao HCPA, devidamente corrigido.

(h) Imobilizado e Intangível

O Imobilizado e o Intangível são mensurados pelo seu custo histórico, menos depreciação ou amortização acumulada. Os terrenos não são depreciados. O custo dos bens constantes no Patrimônio e nas Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2009 foi ajustado conforme laudo de empresa especializada, contratada para refletir o custo atribuído aos bens do permanente. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente se esses custos adicionais puderem ser mensurados com segurança e espera-se benefícios econômicos futuros. Os valores contábeis de itens ou peças substituídas são baixados. Os gastos com reparos e manutenções possuem como contrapartida o resultado do exercício, quando incorridos.

Para que não haja perda do custo histórico, a depreciação ou amortização nas Demonstrações Contábeis está demonstrada pelo valor acumulado, desde a data do início de operação na Instituição, acrescido da depreciação do custo atribuído a partir do exercício de 2010.

As depreciações e amortizações são calculadas usando o método linear, considerando os seus custos durante a vida útil estimada, como demonstrado a seguir:

	VIDA ÚTIL ESTIMADA
Edificações (Prédios)	De 40 anos a 100 anos
Máquinas e Equipamentos	De 04 anos a 10 anos
Máquinas de Processamento de Dados	De 06 anos a 10 anos
Móveis, Utensílios Diversos.	De 06 anos a 10 anos
Veículos	De 03 anos a 10 anos
Intangível – Software	05 anos

(i) Impairment de Ativos não Financeiros

A Administração do HCPA revisa anualmente o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado mantido e utilizado nas operações, por avaliações internas à entidade, as quais objetivam identificar indícios de desvalorização de um ativo ou grupo de ativos, conforme fontes externas e internas de informação.

(j) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações assumidas pelas compras de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo reconhecidas pelo valor justo e classificadas como passivos circulantes, pois a Instituição tem por prática o pagamento dos fornecedores no vencimento que é de até 30 dias após a certificação do serviço prestado ou bem adquirido.

(k) Obrigações Tributárias

Na conta Obrigações Tributárias, são registrados os tributos federais PIS e COFINS incidentes sobre receitas próprias, assim como os valores retidos dos fornecedores referentes a tributos municipais incidentes sobre serviços prestados na sede da Instituição, conforme Lei Complementar Municipal nº 306/93 e 07/73 e Leis federais incidentes sobre bens ou serviços fornecidos conforme IN/RFB nº 1.234 de 11/01/2012 e IN/RFB nº 971 de 2009. A Instituição goza de isenção dos demais tributos federais conforme artigo nº 15 da Lei 5.604 de 02 de setembro de 1970.

11

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 30 de setembro de 2021
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(l) Benefícios a Empregados

A Instituição possui plano de benefícios a empregados, como auxílio-creche, assistência médica, seguro de vida, auxílio-alimentação, entre outros, que são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorre a prestação do serviço ao empregado. Como benefício pós-emprego a Instituição oferece plano de aposentadoria complementar.

(m) Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis, tributárias e outras) são reconhecidas quando: (i) a Instituição tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

O valor das ações cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica do HCPA, é considerada possível é de: R\$ 19.614 Cíveis, R\$ 96.571 Trabalhistas e R\$ 98 Tributárias, totalizando R\$ 116.823.

Os valores estimados das causas trabalhistas e ainda não depositados são inscritos em Recursos a Receber já que esta despesa é coberta por recursos repassados pelo Tesouro Nacional.

(n) Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços no curso normal das atividades da Instituição.

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos, dos descontos, dos ajustes da receita referentes à dedução dos repasses financeiros recebidos da União para investimento e contabilizada independentemente de seu efetivo recebimento.

(o) Serviços Prestados

Todos os serviços prestados pela Instituição, ao Sistema Único de Saúde (SUS), a convênios privados, particulares, pesquisas e ensino, estão contabilizados na competência em que o fato gerador ocorreu e pelo seu valor bruto.

(p) Repasses Financeiros Recebidos

Esta rubrica representa os valores descentralizados pelo MEC para cobrir despesas com folha de pagamento de pessoal, encargos sociais, benefícios, financiamento do Tempo de Serviços Passado / Previdência Complementar, Investimentos (Adiantamento para Futuro Aumento de Capital) entre outras despesas. Inclui, também, as descentralizações de recursos repassados pelo MEC e por outros órgãos através de convênios para cobrir despesas de capital e custeio e as transferências de recursos por empresas privadas, para realização de projetos específicos.

(q) Receitas Financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação às contas a receber, a instituição reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 30 de setembro de 2021
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(r) Custos dos Serviços e Despesas Administrativas

Os custos dos serviços e despesas administrativas foram apropriados de acordo com sistema de apuração de custos contábeis, que considera a seguinte premissa de cálculo: a análise é feita por grupos de centros de custos agrupados por áreas afins.

Os valores dos custos diretos são distribuídos em: pessoal, material, depreciação, serviços, água, energia e telefone. Não são considerados os grupos de centro de custos referentes aos complementos patrimoniais, custos não operacionais e obras em andamento.

Na determinação do resultado do exercício foram computados os custos e as despesas pagos ou incorridos correspondentes às receitas de serviços reconhecidas no exercício.

(s) Publicação da Concessão de Suprimento de Fundos

Atendendo o Princípio da Publicidade previsto no art. 37 da Constituição Federal e art. 3º da Lei nº 8.666/93 (item 9.1.10 do relatório de Auditoria - Acórdão/TCU nº 1276/2008), o ato de concessão de suprimento de fundos é divulgado em meio eletrônico no seguinte endereço eletrônico: www.hcpa.edu.br e intranet.

03 Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados baseando-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, políticas governamentais, orientações dos Órgãos Setoriais de Controle do Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), assim como da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU), e demais fatores considerados razoáveis para as circunstâncias. Com base em diversas premissas, a Instituição faz estimativas com relação ao futuro, resultante de um orçamento econômico, continuamente acompanhado pela Coordenadoria de Gestão Financeira e pela Diretoria Executiva do HCPA.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas, dentre elas: seleção de vida útil dos bens do imobilizado, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas, redução do valor recuperável de ativos, entre outras.

04 Gestão de Risco Financeiro

(a) Risco de Liquidez

O risco da Instituição não dispor de recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros é administrado através do monitoramento das previsões de um fluxo orçamentário/financeiro realizado pela Coordenadoria de Gestão Financeira. A este departamento compete assegurar que haja caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, obedecendo às leis vigentes e assegurando que haja empenho prévio para os compromissos assumidos dentro dos recursos orçamentários previstos. A realização de despesas com recursos diretamente arrecadados é efetivada após o recebimento dos mesmos.

(b) Risco de Crédito

Os riscos de crédito da Instituição, decorrentes de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos, valores a receber do Tesouro Nacional e dos clientes de convênios e particulares, são mínimos e administrados corporativamente.

A administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

Os recursos oriundos do Tesouro Nacional são deliberados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e fixados pela Lei Orçamentária Anual e suas regulamentações.

No exercício de 2021 os recursos orçamentários foram fixados pela Lei 14.144, de 22 de abril de 2021.

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 30 de setembro de 2021
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(c) **Estimativa do Valor Justo**

Os saldos das Contas a Receber dos Clientes e Contas a Pagar aos Fornecedores estão próximos de seus valores justos.

A Instituição aprovou no Conselho de Administração, na reunião nº 456, realizada em 14 de dezembro de 2020, as Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) relativos a perdas prováveis (*impairment*) de Contas a Receber de Clientes, utilizando como critério as contas não recebidas e vencidas há pelo menos seis (6) meses, acrescido de uma análise técnica qualitativa de cada devedor.

Os estoques garantem 58 dias de utilização, com os preços médios devidamente de acordo com o mercado. O volume dos estoques decorre muitas vezes da política governamental orçamentária de cada exercício.

05 Caixa e Equivalentes de Caixa

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa	10	9
Bancos – Conta Corrente	1.808	898
Depósitos Bancários de Curto Prazo	7.870	13.000
Conta Limite de Saque	90.274	109.073
Saldo Contábil	<u>99.962</u>	<u>122.980</u>

A conta limite de saque é composta pelo saldo dos recursos públicos vinculados a convênios ou recursos especiais que não podem ser aplicados em Fundos de Curto Prazo. Estes recursos estão disponíveis para pagar despesas de capital ou de custeio.

06 Créditos de Fornecimento de Serviços

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Sistema Único de Saúde (SUS)	27.421	21.756
Convênios Privados	13.499	11.365
Clientes Particulares	2.840	2.623
Créditos Diversos	2.663	1.491
Subtotal	<u>46.423</u>	<u>37.235</u>
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(6.281)	(6.328)
Valor Líquido a Receber	<u>40.142</u>	<u>30.907</u>

Estes créditos correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Instituição. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo menos as Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PECLD” ou “*Impairment*”).

07 Adiantamentos de Pessoal

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Décimo Terceiro Salário	22.600	7.655
Férias	2.798	7.673
Outros Adiantamentos Concedidos a Pessoal	18	16
Saldo Contábil	<u>25.416</u>	<u>15.344</u>

Por ocasião do pagamento das férias de pessoal, é norma da Instituição adiantar 50% do décimo terceiro salário do exercício de competência. O saldo do adiantamento de décimo terceiro salário refere-se ao exercício de 2021, enquanto que o saldo de férias refere-se ao pagamento em setembro relativo à competência outubro de 2021.

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 30 de setembro de 2021
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

08 Estoques de Materiais de Consumo

	30/09/2021	31/12/2020
Medicamentos	12.540	11.049
Material Médico, Hospitalar e Laboratorial	12.721	12.386
Material de Órtese e Prótese	2.043	2.612
Materiais e Utensílios	562	477
Rouparia (uniformes)	1.391	1.166
Higiene, Limpeza, Segurança, Proteção	447	503
Material de Expediente, Informática e Gráfico	212	247
Combustíveis, Lubrificantes e Gases	69	62
Materiais de Engenharia	2.700	2.427
Saldo Contábil	32.685	30.929

Os estoques representam os materiais em almoxarifado a serem consumidos na prestação de serviços e no curso normal das atividades da Instituição. São avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição e não excedem o valor de mercado.

09 Imobilizado

	Tx.%	Custo	Depreciação	30/09/2021	31/12/2020
Edifícios	1	758.820	(77.379)	681.441	671.577
Terrenos		68.786	-	68.786	68.786
Obras em Andamento [1]		94.927	(10.701)	84.226	100.517
Bens Móveis e Máquinas	10 a 20	273.741	(169.670)	104.071	111.768
Informática	20 a 50	28.170	(20.501)	7.669	8.861
Veículos Diversos	10 a 20	719	(648)	71	100
Subtotal Imobilizado		1.225.163	(278.899)	946.264	961.609
Bens Móveis em Andamento		8.179	-	8.179	5.848
Saldo Contábil		1.233.342	(278.899)	954.443	967.457

[1] O saldo de obras em andamento está acrescido de instalações e de estudos e projetos, razão pela qual há depreciação.

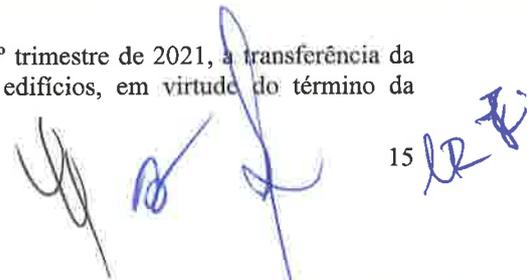
O Imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Os terrenos não são depreciados. A depreciação está demonstrada pelo valor acumulado da data do início da operação na Instituição, acrescido da depreciação do custo atribuído a partir do exercício de 2010. As depreciações são calculadas usando o método linear, considerando o valor residual e os custos dos ativos durante a vida útil estimada dos mesmos.

Movimentação do Ativo Imobilizado

	Custo 01/01/2021	Aquisições	Transferências	Baixas	Custo 30/09/2021
Edifícios	741.391	-	17.429	-	758.820
Terrenos	68.786	-	-	-	68.786
Obras em Andamento ¹	110.323	7.468	(17.429)	(451)	99.911
Bens Móveis e Imóveis	268.718	8.974	-	(8.935)	268.757
Informática	27.961	234	-	(26)	28.170
Veículos Diversos	1.004	-	-	(284)	719
Total Imobilizado	1.218.183	16.677	-	(9.697)	1.225.163

No terceiro trimestre de 2021, houve baixas de obras e instalações e de benfeitorias em bens de terceiros, relacionados ao encerramento das atividades da Unidade Álvaro Alvim, em consonância com o Termo de Rescisão de Cessão de Uso Gratuito do Imóvel, referente ao contrato nº 19/2021/RS-NUREF e processo SEI nº 04902.000343/2011-22.

Em contrapartida, o Hospital de Clínicas de Porto Alegre registrou, no 3º trimestre de 2021, a transferência da rubrica contábil obras em andamento para a imobilização da rubrica edifícios, em virtude do término da execução da obra.

15 

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 30 de setembro de 2021
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

10 Intangível

	<u>Tx %</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização</u>	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Software	20 a 50	8.694	(6.384)	1.860	2.075
Saldo Contábil		8.694	(6.384)	1.860	2.075

O Intangível é mensurado pelo seu custo histórico, menos a amortização acumulada. A amortização está demonstrada pelo valor acumulado desde a data do início de operação na Instituição, acrescido da amortização do custo atribuído a partir do exercício de 2010. As amortizações são calculadas usando o método linear, considerando os custos dos ativos durante a vida útil estimada dos mesmos.

11 Fornecedores

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Barrfab Indústria Comércio Imp. e Exp.	1.542	1.542
RS - Produtos Hospitalares Ltda.	1.090	1.260
Unimed	873	2.664
Rbg Produtos Therapêuticos S/a.	638	203
Companhia de Gás do Estado do Rs.	589	-
Medtronic Comercial Ltda	539	159
	5.271	5.828
Demais fornecedores	18.662	20.645
Saldo Contábil	23.933	26.473

O saldo com o fornecedor Barrfab Indústria Comércio Importação e Exportação permanece pendente devido aos equipamentos entregues terem apresentado defeitos. O pagamento ou não depende de processo judicial, o qual está em andamento na Justiça Federal.

12 Obrigações Tributárias e Sociais

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Tributos Federais e Municipais retidos de Fornecedores	1.347	1.494
COFINS sobre Faturamento	160	168
PIS sobre Faturamento	34	36
Obrigações Tributárias	1.541	1.698
Obrigações Sociais	208	138
Obrigações Sociais	208	138
Saldo Contábil	1.749	1.836

Na conta Obrigações Tributárias são registrados os impostos federais PIS e COFINS e os valores retidos de fornecedores, conforme Lei Complementar Municipal nº 306/93 e 07/73 e IN/RFB nº 1.234/2012 e 971/2009. Todos os valores retidos dos fornecedores são recolhidos aos cofres públicos por ocasião do pagamento ao fornecedor. A Instituição goza de isenção de impostos federais conforme artigo nº 15 da Lei 5.604 de 02 de setembro de 1970.


 16 

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 30 de setembro de 2021
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

13 Obrigações com Pessoal

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Salários, Remuneração e Benefícios	42.284	56.885
Previdência e Assistência Médica	7.475	7.147
Empréstimos e Financiamentos	3.647	3.356
Outras Despesas de Pessoal	1.665	1.431
	<u>55.071</u>	<u>68.819</u>

Compõe o saldo de obrigações com pessoal o valor referente à folha de pagamento de setembro de 2021. Em contrapartida, encontram-se depositados na conta única os recursos financeiros para o seu pagamento. A compensação ocorreu no primeiro dia útil de outubro de 2021.

14 Contingências Passivas e Apropriações de Despesas de Pessoal por Competência

	<u>30/09/2021</u>			<u>31/12/2020</u>
	<u>Curto Prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Contingências (a)	6.950	659.433	666.383	432.325
Férias a Pagar (b)	117.836	-	117.836	115.402
Licença Especial (d)	63.037	-	63.037	59.656
Décimo Terceiro Salário (c)	58.351	-	58.351	-
Tempo de Serviço Passado - TSP (e)	3.545	7.145	10.690	14.122
Saldo Contábil	<u>249.719</u>	<u>666.578</u>	<u>916.297</u>	<u>621.505</u>

A instituição registra no ativo o direito a receber do Tesouro Nacional relativo aos recursos para cobertura das provisões de despesas com pessoal e contingências passivas.

	<u>30/09/2021</u>		
	<u>Curto Prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Total</u>
Recursos a receber p/ pgto de Contingências	6.950	659.433	666.383
Recursos a receber p/ pgto de Férias ⁽¹⁾	115.038	-	115.038
Recursos a receber p/ pgto de Licença Especial	63.037	-	63.037
Recursos a receber p/ pgto de Décimo Terceiro Salário ⁽¹⁾	43.407	-	43.407
Recursos a receber p/ pgto de Tempo de Serviço Passado - TSP	3.545	7.145	10.690
Saldo Contábil	<u>231.977</u>	<u>666.578</u>	<u>898.555</u>

(1) Parte do recurso referente a provisões de férias e de décimo terceiro salário registrada no curto prazo já foi recebida e está contabilizada no grupo de Adiantamentos a Pessoal no Ativo Circulante, razão pela qual estes saldos não são iguais aos respectivos passivos.

Os recursos a receber, bem como os valores a pagar e provisões relacionadas estão mensurados pelo valor presente dos gastos, conforme segue:

(a) Contingências

	<u>30/09/2021</u>			<u>31/12/2020</u>
	<u>Curto Prazo</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Contingências Trabalhistas	6.289	639.825	646.114	409.216
Contingências Cíveis	661	19.355	20.016	21.903
Contingências Tributárias	-	253	253	1.206
Saldo de Contingências	<u>6.950</u>	<u>659.433</u>	<u>666.383</u>	<u>432.325</u>

São reconhecidas como contingências as ações judiciais, classificadas como perdas prováveis. Desta forma, as contingências (trabalhistas, cíveis e tributárias) seguem os seguintes critérios para contabilização: (i) a Instituição tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 30 de setembro de 2021
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

A variação no saldo das contingências trabalhistas refere-se à ação civil coletiva nº 0020639-29.2021.5.04.0014, interposta pelo Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (SIMERS) em 29 de julho de 2021. A ação trata da ausência de concessão de intervalos legais intrajornadas de profissionais médicos, previstos no artigo 71º, § 4º, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e no artigo 8º, § 1º, da Lei 3.999/61, abrangendo em torno de 740 médicos ativos e em torno de 220 médicos desligados, para os quais ainda não prescreveu o direito. Em 30 de setembro de 2021, a ação possui valor estimado em R\$ 225.360 mil e possui expectativa de perda provável conforme os advogados da Coordenadoria Jurídica do HCPA.

(b) Férias a Pagar

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Férias		
Saldo Inicial	84.041	75.298
Baixas	(62.790)	(68.784)
Apropriações	64.562	77.527
Total de Férias	<u>85.813</u>	<u>84.041</u>
Encargos Sobre Férias		
Saldo Inicial	31.361	28.100
Baixas	(23.431)	(25.546)
Apropriações	24.093	28.807
Total de Encargos sobre Férias	<u>32.023</u>	<u>31.361</u>
Saldo de Férias a Pagar	<u>117.836</u>	<u>115.402</u>

(c) Décimo Terceiro a Pagar

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Décimo Terceiro		
Saldo Inicial	-	-
Baixas	(1.711)	-
Apropriações	44.203	-
Total de Décimo Terceiro	<u>42.492</u>	<u>-</u>
Encargos Sobre Décimo Terceiro		
Saldo Inicial	-	-
Baixas	(639)	-
Apropriações	16.498	-
Total de Encargos Décimo Terceiro	<u>15.859</u>	<u>-</u>
Saldo de Décimo Terceiro a Pagar	<u>58.351</u>	<u>-</u>

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 30 de setembro de 2021
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(d) Licença Especial

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Licença Especial		
Saldo Inicial	43.463	39.850
Baixas	(4.598)	(6.175)
Apropriações	7.060	9.788
Total de Licença Especial	<u>45.925</u>	<u>43.463</u>
Encargos Sobre Licença Especial		
Saldo Inicial	16.193	14.843
Baixas	(1.715)	(2.278)
Apropriações	2.634	3.628
Total de Encargos sobre Licença Especial	<u>17.112</u>	<u>16.193</u>
Total de Licença Especial a Pagar	<u>63.037</u>	<u>59.656</u>

(e) Tempo de Serviço Passado (TSP)

O HCPA possui financiamento com o Banco do Brasil para pagamento do plano de Previdência Privada - TSP - a ser amortizado em 164 parcelas mensais a partir de 01 de junho de 2010, atualizadas pelo INPC com juros mensais de 0,4868%. Este valor é pago com Recursos do Tesouro Nacional, portanto possui também registro como direito a receber no Ativo. O valor correspondente a doze prestações está registrado no Ativo e Passivo Circulante e as demais prestações faltantes estão registradas no Ativo e Passivo Não Circulante.

15 Ajuste de Avaliação Patrimonial

A partir da competência 2010, na medida em que o valor dos bens, objetos do ajuste de avaliação patrimonial, são depreciados, amortizados ou baixados, em contrapartida ao resultado, simultaneamente, o mesmo valor é transferido da conta de ajuste de avaliação patrimonial para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

	<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo inicial	(16.163)	(16.030)
Recomposição pela Baixa ou Depreciação de Bens	(615)	(844)
Reversão de Menos-Valia	(698)	711
Saldo final	<u>(17.476)</u>	<u>(16.163)</u>

Os valores revertidos de menos-valia, de R\$ (698) e R\$ 711 (respectivamente em 30/09/2021 e 31/12/2020), referem-se à reversão do valor reavaliação negativa incidente sobre bens patrimoniais com saldo residual, em 2010, insuficiente para o seu registro. Este ajuste recompôs o saldo do imobilizado e da reserva de reavaliação no Patrimônio Líquido.

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 30 de setembro de 2021
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

16 Receita Operacional Líquida

	<u>30/09/2021</u>	<u>30/09/2020</u>
Serviços Prestados		
Sistema Único de Saúde – SUS	181.373	144.654
Convênios	31.542	31.390
Particulares	3.721	3.338
Pesquisas e Análises	6.908	3.843
Outros Serviços	1.696	641
Total de Serviços Prestados	<u>225.240</u>	<u>183.866</u>
Deduções da Receita Bruta		
PIS sobre Faturamento	(278)	(276)
COFINS sobre Faturamento	(1.282)	(1.274)
ISS sobre Faturamento	-	(17)
Total das Deduções da Receita Bruta	<u>(1.560)</u>	<u>(1.567)</u>
Receita Líquida Operacional	<u>223.680</u>	<u>182.299</u>

A apresentação do Demonstrativo de Resultado do Exercício está adequada à estrutura da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST). Desta forma, os repasses recebidos não compõem o grupo de receitas operacionais, sendo apresentados separadamente na Demonstração do Resultado do Exercício.

17 Custos dos Serviços e Despesas Operacionais por Natureza

	<u>30/09/2021</u>			<u>30/09/2020</u>		
	<u>Custos</u>	<u>Despesas</u>	<u>Total</u>	<u>Custos</u>	<u>Despesas</u>	<u>Total</u>
Salários e Encargos	800.136	117.747	917.883	719.091	116.299	835.390
Benefícios de Pessoal	50.736	11.263	61.999	51.702	8.657	60.359
Consumo de Materiais	160.959	3.186	164.145	103.054	17.178	120.232
Depreciações/Amortizações	16.433	9.983	26.416	18.804	3.149	21.953
Despesas com Serviços PF e PJ	78.639	25.913	104.552	77.559	17.039	94.598
Subtotais	<u>1.106.903</u>	<u>168.092</u>	<u>1.274.995</u>	<u>970.210</u>	<u>162.322</u>	<u>1.132.532</u>
Provisões de Contingências e Pessoal	-	234.057	234.057	-	9.408	9.408
Saldo Contábil	<u>1.106.903</u>	<u>402.149</u>	<u>1.509.052</u>	<u>970.210</u>	<u>171.730</u>	<u>1.141.940</u>

Os custos dos serviços e despesas administrativas foram apropriados de acordo com o sistema de apuração de custos contábeis. Os valores dos custos diretos são distribuídos em: pessoal, material, depreciação, serviços, água, energia e telefone. Não são considerados os grupos de centro de custos referentes aos complementos patrimoniais, custos não operacionais e obras em andamento.

Na determinação do resultado foram computados os custos e despesas pagos ou incorridos, os quais correspondem às receitas de serviços reconhecidas no exercício.

Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 30 de setembro de 2021
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

18 Despesas de Benefícios a Empregados

	<u>30/09/2021</u>	<u>30/09/2020</u>
Assistência Médica	8.854	7.967
Auxílio Transporte	2.110	2.602
Auxílio Creche	815	958
Auxílio Alimentação	27.015	26.266
Previdência Privada	23.205	22.566
Saldo Contábil	<u>61.999</u>	<u>60.359</u>

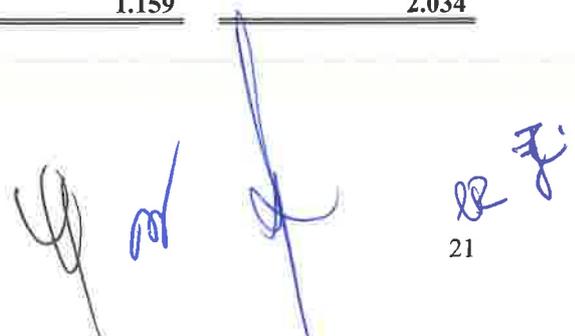
Representa os benefícios a empregados, que são reconhecidos no resultado do período em que ocorre a prestação do serviço do empregado. Como benefício pós-emprego a Instituição oferece plano de previdência privada de aposentadoria complementar.

19 Outras Receitas e Despesas

	<u>30/09/2021</u>	<u>30/09/2020</u>
Outras Receitas		
Aluguéis	851	2.030
Receitas de Leilões	401	57
Reversão de PECLD	313	2.401
Doações de Estoque e Uso Permanente	6.481	3.304
Contrato de Prestação de Serviços	2.504	2.072
Indenizações e Restituições	10.523	1.157
Total de Outras Receitas	<u>21.073</u>	<u>11.021</u>
Outras Despesas		
Outros Decréscimos	(1.180)	(319)
Resultado com Baixa de Bens		
Valor Bruto de Baixa de Bens	(5.866)	(113)
Baixa de Bens e Outras Despesas	<u>(7.046)</u>	<u>(432)</u>
Saldo de Outras Receitas e Despesas	<u>14.027</u>	<u>10.589</u>

20 Resultado Financeiro

	<u>30/09/2021</u>	<u>30/09/2020</u>
Receita Financeira		
Remuneração de Depósitos	90	371
Juros e Multas Previstos em Contratos	2.516	141
Variação Cambial e Monetária Ativa	402	3.112
Total Receita Financeira	<u>3.008</u>	<u>3.624</u>
Despesa Financeira		
Juros sobre TSP e Multas	(1.516)	(1.196)
Variação Cambial	(333)	(394)
Total Despesa Financeira	<u>(1.849)</u>	<u>(1.590)</u>
Saldo Contábil	<u>1.159</u>	<u>2.034</u>



Demonstrações Contábeis
Exercício findo em 30 de setembro de 2021
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

21 Seguros de Riscos

Incêndio Vultoso e Riscos Nomeados:

A cobertura garante o pagamento de indenização pelos prejuízos de incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza e outros riscos nomeados na apólice para os imóveis, construções em andamento, instalações, mercadorias, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e bens de terceiros em poder do HCPA. A importância segurada com a empresa AIG Seguros Brasil S.A, referente à cobertura básica, é de R\$ 767.215 e a vigência da apólice é de 01 de agosto de 2021 a 01 de agosto de 2022.

Responsabilidade Civil:

Cobertura garantindo pagamento de indenização de Responsabilidade Civil com vigência de 31 de julho de 2021 a 31 de julho de 2022. A importância segurada com a empresa Mapfre Seguros Gerais S.A. é de R\$ 14.000.

22 Impactos – COVID 19

Em função da pandemia do novo Coronavírus, declarada em março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde, em 13 de março de 2020 o HCPA recebeu, por meio da Medida Provisória nº 924 (Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus) crédito extraordinário no montante de R\$ 57 milhões para custeio e investimento, com o objetivo de instalação de 105 leitos de terapia intensiva.

A Medida Provisória deixou de ter validade em 31 de julho de 2020, portanto o HCPA devolveu o montante de R\$ 6.344 devido à dificuldade de entrega de itens dentro do prazo previsto para utilização do recurso.

Adicionalmente, por meio da Portaria nº 8767 do Ministério da Economia, de 30 de março de 2020, foi autorizada, por até 2 (dois) anos, a contratação temporária de 775 profissionais para atendimento aos leitos criados para pacientes da Covid-19. A instalação dos 105 leitos críticos previstos para atendimento a casos graves de covid-19 foi concluída em 05 de agosto de 2020, com a implantação do novo Centro de Terapia Intensiva (CTI) no Bloco B, um dos prédios novos concluídos no final de 2019. Essa instalação ocorreu por módulos desde o início da pandemia, atingindo 135 leitos em março de 2021. Em 30 de setembro de 2021, a instituição contava com 665 profissionais temporários contratados para as vagas liberadas, além da convocação de voluntários para diversas atividades, todos destinados ao atendimento dos leitos críticos dedicados à covid-19.

Na data-base dessas demonstrações, os principais impactos nas contas contábeis ocorreram nos saldos dos seguintes grupos:

	Nota Explicativa	30/09/2021	31/12/2020	31/12/2019	
Convênios Privados	06 e 16	13.499	11.365	15.117	(a)
Estoques de Materiais de Consumo	08	32.685	30.929	18.152	(b)
		30/09/2021	30/09/2020	30/09/2019	
Receita Operacional - Sistema Único de Saúde	16	181.372	144.654	130.341	(a)
Custos dos Serviços	17	(1.106.903)	(970.210)	(913.704)	(b)
Receitas com Doações	19	6.481	3.304	1.955	(c)

(a) Além da redução de pacientes aos serviços de saúde em geral, o HCPA precisou reduzir os atendimentos eletivos, especialmente os cirúrgicos, ocupando os leitos de convênios para pacientes SUS. Em 30 de setembro de 2021, observa-se já o retorno ao montante de contas a receber usual referente a convênios privados. O aumento da receita operacional com recursos do Sistema Único de Saúde (nota 16) refere-se aos créditos extraordinários para habilitação de leitos Covid;

(b) O saldo dos estoques teve aumento desde o início da pandemia, principalmente nas categorias de medicamentos e material médico, hospitalar e laboratorial, como forma de proteção à eventual escassez de itens essenciais no mercado. Apesar da queda na produção das internações, cirurgias, consultas e exames, o custo dos serviços prestados no trimestre aumentou quando comparado com o exercício anterior, devido principalmente ao consumo de materiais e aumento da folha de pagamento com as contratações temporárias.

Demonstrações Contábeis

Exercício findo em 30 de setembro de 2021

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

- (c) Os valores recebidos em doações para o atendimento da pandemia até 30 de setembro de 2021 somam R\$ 6.481, sendo deste valor o total de R\$ 3.804 em itens de material de consumo, e o restante em bens móveis.

A partir de maio de 2021, o HCPA ampliou o espaço para atendimento não covid, proporcionando contingente maior de procedimentos diagnósticos e terapêuticos. O objetivo é retomar a assistência nas áreas que foram prejudicadas pelo momento maior de contingência causado pela pandemia, de forma gradual e progressiva, sempre atento e reavaliando o cenário epidemiológico local. O hospital mantém os 135 leitos dedicados à covid e segue monitorando os números do coronavírus para que, caso necessário, novos ajustes sejam feitos.

23 Eventos Subsequentes

De 30 de setembro de 2021 até 29 de novembro de 2021, data de autorização destas demonstrações, não ocorreram quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações contábeis apresentadas.



Prof. Brasil Silva Neto
Diretor Médico Substituto



Prof. Nadine Oliveira Clausell
Diretora-Presidente



Me. Jorge Luis Bajerski
Diretor Administrativo



Luciana Raupp Rios Wohlgemuth
Coordenadora Contábil - CRC/RS nº 69.663



Juliana Zwetsch
Contadora - CRC/RS nº 81.901



HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE

Relatório sobre a revisão das Informações Intermediárias.

Referente ao 3º trimestre de 2021.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de *QR Code* para acessar o conteúdo da imagem.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

**Aos
Administradores e aos Conselheiros do
HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE - HCPA
Porto Alegre – RS**

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias do HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE, referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Trabalhos de Revisão das Demonstrações Contábeis). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias acima referidas, não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE, em 30 de setembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Efeitos da COVID-19

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 22, de que em função da pandemia do novo Coronavírus, declarada em março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde, em 13 de março de 2020 o HCPA recebeu, por meio da Medida Provisória nº 924 (Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus) crédito extraordinário no montante de R\$ 57 milhões para custeio e investimento, com o objetivo de instalação de 105 leitos de terapia intensiva.

A Medida Provisória deixou de ter validade em 31 de julho de 2020, portanto o HCPA devolveu o montante de R\$ 6.344 devido à dificuldade de entrega de itens dentro do prazo previsto para utilização do recurso.

Adicionalmente, por meio da Portaria nº 8767 do Ministério da Economia, de 30 de março de 2020, foi autorizada, por até dois anos, a contratação temporária de 775 profissionais para atendimento aos leitos criados para pacientes da Covid-19. A instalação dos 105 leitos críticos previstos para atendimento a casos graves de Covid-19 foi concluída em 05 de agosto de 2020, com a implantação do novo Centro de Terapia Intensiva (CTI) no Bloco B, um dos prédios novos concluídos no final de 2019. Essa instalação ocorreu por módulos desde o início da pandemia, atingindo 135 leitos em março de 2021. Em 30 de setembro de 2021, a instituição contava com 665 profissionais temporários contratados para as vagas liberadas, além da convocação de voluntários para diversas atividades, todos destinados ao atendimento dos leitos críticos dedicados à Covid-19.

Com o agravamento da pandemia e aumento no número de atendimentos a casos de Covid-19 a partir do final de fevereiro de 2021, o HCPA adotou novas medidas de contingência, suspendendo as internações clínicas, cirurgias e procedimentos eletivos (SUS e convênios). Além disso, nova Portaria habilitou 30 leitos críticos adicionais com vigência nos meses de março e abril de 2021.

A partir de maio de 2021, o HCPA passou a ampliar o espaço para atendimento não-Covid, com projeção de 200 cirurgias eletivas essenciais a mais por mês. Também vai ocorrer aumento na capacidade operacional da área cirúrgica ambulatorial, proporcionando contingente maior de procedimentos diagnósticos e terapêuticos. O hospital ainda estuda com a Secretaria de Saúde da capital a oferta de maior número de primeiras consultas à população. Para retomar as atividades no Bloco Cirúrgico e salas de recuperação, por exemplo, é necessário reverter parte das estruturas que foram adaptadas para receber pacientes com covid-19. Além disso, profissionais que atuaram em CTI e Emergência no pico da pandemia retornam às suas áreas para atendimento aos pacientes com outros problemas de saúde. O objetivo é retomar a assistência nestas áreas, que foram

prejudicadas pelo momento maior de contingência causado pela pandemia, de forma gradual e progressiva, sempre atento e reavaliando o cenário epidemiológico local. O hospital mantém os 135 leitos dedicados à Covid e segue monitorando os números do Coronavírus para que, caso necessário, novos ajustes sejam feitos. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. A administração do HCPA decidiu apresentar essa demonstração como informação suplementar às IFRS e legislação brasileira, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi adequadamente elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as demonstrações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 23 de novembro de 2021.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/0-O "T" SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico